

Deslizes nos Estudos em Administração Pública e de Empresas em Relação ao Método

Autoria

Breno de Paula Andrade Cruz
Graduação em Administração Pública/UFRRJ

Steven Dutt Ross

Departamento de Estatística/Unirio

Resumo

Este ensaio discute 7 deslizes comuns encontrados em estudos no campo de Administração Pública e de Empresas no Brasil, são eles: (i) O uso do termo "Metodologia" ao invés de "Método"; (ii) A Economia de Argumentos na Apresentação do Método; (iii) A limitação de Inferência Estatística no uso de Estatística Descritiva; (iv) Não Atendimento de Pressupostos de um Método; (v) Seleção da Amostra; (vi) Nomear um Método da "Moda" e usar um Método Tradicional; e (vii) Desconsiderar as Limitações da Pesquisa e do Método. Entende-se que o presente ensaio é relevante para o campo de Ensino, Pesquisa e Capacitação Docente em função de discutir deslizes comuns de pesquisadores e pesquisadoras que negligenciam aspectos importantes do Método em seus estudos.

ENSINO, PESQUISA E CAPACITAÇÃO DOCENTE EM ADMINISTRAÇÃO

**DESLIZES NOS ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS EM
RELAÇÃO AO MÉTODO**

**COMMON MISTAKES IN STUDIES ON PUBLIC AND BUSINESS ADMINISTRATION IN
BRAZIL RELATED TO METHOD**

Resumo

Este ensaio discute 7 deslizes comuns encontrados em estudos no campo de Administração Pública e de Empresas no Brasil, são eles: (i) O uso do termo 'Metodologia' ao invés de 'Método'; (ii) A Economia de Argumentos na Apresentação do Método; (iii) A limitação de Inferência Estatística no uso de Estatística Descritiva; (iv) Não Atendimento de Pressupostos de um Método; (v) Seleção da Amostra; (vi) Nomear um Método da 'Moda' e usar um Método Tradicional; e (vii) Desconsiderar as Limitações da Pesquisa e do Método. Entende-se que o presente ensaio é relevante para o campo de Ensino, Pesquisa e Capacitação Docente em função de discutir deslizes comuns de pesquisadores e pesquisadoras que negligenciam aspectos importantes do Método em seus estudos.

Palavras-chave: Prática em Pesquisa em Administração; Deslizes na Prática da Pesquisa; Método.

Abstract

This essay aims to examine 7 common mistakes identified in studies in the field of Public and Business Administration in Brazil grouped related to Method in a scientific study: (i) "using the term "methodology" rather than "methods", (ii) "tightening arguments in the method presentation", (iii) "restraining of statistical inference in the use of Descriptive Statistics", (iv) "non-compliance of assumptions of a Method", (v) "sample selection", (vi) "assigning a trendy method, yet applying a traditional one", and (vii) disregarding research and methods limitation".. It is believed that this essay is relevant based on how it presents and discusses common pitfalls in which unexperienced researchers may fall. Furthermore, it functions as a basic guideline for the ones who are beginning a path in this area.

Key-words: Research Practise in Management; Slips on Research Practise; Method.

1. Nossas Motivações

Quando em uma mesa de bar um pesquisador quali-quantitativo em Administração se junta a um estatístico que atua como professor no Campo de Públicas e Administração de Empresas, impreterivelmente, a discussão toma um caminho: os deslizes frequentes encontrados nos trabalhos publicados na área de Administração Pública e de Empresas no contexto brasileiro - seja em periódicos ou em anais de eventos. E, se sua preocupação enquanto leitor(a) ou avaliador(a) neste primeiro parágrafo se encontra nesta narrativa pessoal destacando o *lócus* da nossa motivação na construção deste texto, (i) a mesa de bar tem sido um espaço de discussão científica e do “fazer pesquisa”, conforme aponta Spink (2008) em sua discussão sobre micro-lugares e Ciência; e, (ii) Piacentini (2008) discute o crescimento do uso da primeira pessoa nas publicações acadêmicas no Campo de Ciências Sociais e Humanas.

A discussão polarizada que muitas vezes ocorre entre defensores românticos de um lado da pesquisa qualitativa, e, de outro lado, da pesquisa quantitativa, acaba por negligenciar uma possibilidade para esses indivíduos, esbarrando em outra dicotomia, porém, de ordem epistêmica: o Positivismo *versus* Antipositivismo. E essa discussão teórica no Campo da Administração Pública e de Empresas já foi e tem sido conduzida por Paes de Paula (2016). Embora pareça difícil um diálogo entre tais paradigmas, a própria proposta do Antipositivismo, ao sugerir a não existência de regras, no nosso entendimento possibilita a triangulação de métodos e técnicas das pesquisas qualitativa e quantitativa.

Nosso paradigma aqui adotado pela nossas experiências enquanto pesquisadores é Positivista - e esse posicionamento nada mais é do que um reflexo da tradição Positivista das pesquisas em Administração, conforme apontam Carton e Mouricou (2017, p. 173). Assim, no decorrer dos anos, especialmente entre 2013 e 2014, como professores e avaliadores de periódicos e congressos na área de Administração Pública e de Empresas, conseguimos constatar alguns deslizes relacionados ao Método encontrados em trabalhos da área, principalmente em congressos científicos. Há de se constatar que geralmente trabalhos enviados a congressos ainda estão em construção, mas, mesmo assim, existem deslizes às vezes inaceitáveis em relação ao Método. Talvez estes erros sejam reflexo de uma academia que tem sofrido com as pressões dos órgãos de controle como a Capes; ou, em pior direção, uma questão Ética ao delegar aos alunos e alunas de pós-graduação a responsabilidade de publicar - e como apontam Bispo e Costa (2016), parece haver um aumento do volume de artigos produzidos por alunos de pós-graduação como instrumento de avaliação em disciplinas de mestrado e doutorado.

Especificamente em relação à pós-graduação, alguns textos têm discutido tanto a “forma do fazer” como a questão do produtivismo acadêmico. Em relação à “forma do fazer”, Ferreira, Canela e Pinto (2014) discutem o processo de editoração para que alunos de pós-graduação *stricto sensu* entendam o processo; e que assim eles possam ter maior familiaridade e posterior sucesso na submissão de seus textos. Já Cota, Ikeda e Sbragia (2008) associam o processo de elaboração de uma dissertação ou tese às teorias relacionadas à gestão de projetos.

Patrus, Dantas e Shigaki (2015) destacam que o aumento do produtivismo acadêmico pode gerar a falta de qualidade nos textos publicados e o aumento de uma possível falta de solidariedade entre os pares no processo de revisão. Não faltam trabalhos na literatura internacional que discutam caminhos e estratégias para tornar as pesquisas em Administração mais interessantes (CARTON; MOURICOU, 2017; DAS; LONG, 2010; BARLEY, 2006; BARTUNEK; RYNES; IRELAND, 2006; SHUGAN, 2003).

Nossa conversa inicial na mesa de bar nos apontou deslizes cometidos por pesquisadores(as) quando na seção Método os textos cometem erros ou negaigenciam

aspectos relevantes para tornar aquela seção mais robusta por meio da apresentação do rigor científico na condução do estudo. Assim, apresentamos aqui sete deslizes relacionados ao Método de um texto e que julgamos importante debater na área de Ensino, Pesquisa e Capacitação Docente em Administração, são eles: (i) O uso do termo ‘Metodologia’ ao invés de ‘Método’; (ii) A Economia de Argumentos na Apresentação do Método; (iii) A limitação de Inferência Estatística no uso de Estatística Descritiva; (iv) Não Atendimento de Pressupostos de um Método; (v) A Seleção da Amostra; (vi) Nomear um Método da ‘Moda’ e usar um Método Tradicional; e (vii) Desconsiderar as Limitações da Pesquisa e do Método.

Desta maneira, entendemos que este ensaio é relevante por: (a) possibilitar a reflexão de jovens pesquisadores(as) sobre a importância da seção Método em um estudo; (ii) propor a reflexão dos pares em relação à importância de se discutir Método e Metodologia nos estudos do campo; (iii) orientar jovens pesquisadores(as) sobre deslizes ou negligências encontradas nos textos publicados em congressos e revistas a fim de que estes equívocos não sejam cometidos por eles(as) em trabalhos futuros. A próxima seção discute os sete deslizes deste ensaio.

2. Deslizes em relação ao Método em um Estudo Científico

Ao discutimos os deslizes na mesa do bar, identificamos sete características. Estes deslizes vão ao encontro da reflexão apresentada por Falaser, Ferreira e Canela (2016) que identificaram problemas relacionados ao Método como maior responsável na rejeição de artigos em periódicos em Administração Pública e de Empresas no Brasil. Os sete deslizes frequentes relacionados ao Método são descritos a seguir.

2.1. O uso do termo ‘Metodologia’ ao invés de ‘Método’

Há diferença conceitual entre os termos Metodologia e Método e autores(as) de diferentes áreas do conhecimento apontam tais diferenças - conforme pode ser visualizado no Quadro 1. Mingers (2015) afirma que muitas vezes os termos ‘Método’ e ‘Metodologia’ são usados de maneira imprecisa nos estudos científicos. Em um texto convidado para a RAEP, a presidente do INEP, a educadora Maria Inês Fini, aborda inicialmente na perspectiva histórica e filosófica a definição de Método. Para a educadora, as discussões sobre Método são de longa data e foram construídas à luz da ideia de um caminho a ser alcançado por meio de passos definidos e claros (FINI, 2018). Todavia, a definição de Método se confunde nos estudos em Administração ao ser substituído pela palavra Metodologia, como é possível verificar em alguns estudos publicados em periódicos A2 no Brasil, como os trabalhos de Mascarenhas e Barbosa (2013), Flates, Serra e Martins (2014); e em periódicos B1 como o estudo de Rímoli e Melo (2018).

Quadro 1 - Diferenças entre os termos ‘Metodologia’ e ‘Método’ encontradas na Filosofia e em estudos científicos.

Autor	Definição de Metodologia	Definição de Método
Martins (2004, p. 291)	“(…) metodologia é entendida aqui como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades (Demo, 1989). Não se trata, portanto, de uma discussão sobre técnicas qualitativas de pesquisa, mas sobre maneiras de se fazer ciência.”	O método direciona o “fazer ciência”, e, especialmente os métodos qualitativos têm maior flexibilidade na coleta de dados, incorporando técnicas mais adequadas para cada contexto.

Japiassú e Marcondes (1996)	“Literalmente, ciência ou estudo dos métodos. Investigação sobre os métodos empregados nas diferentes ciências, seus fundamentos e validade, e sua relação com as teorias científicas.” (p. 182)	“Conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado. Por exemplo, na ciência, o estabelecimento e a demonstração de uma verdade científica”. (p. 181).
Dick (2015)	Em relação à pesquisa-ação, por exemplo, é importante realçar que tal método não pode ser considerado metodologia.	
Cook e Fonow (1986); Harding (1987).	Metodologia é o estudo dos métodos, sendo às vezes complexo e abstrato.	A técnica que se usa para evidenciar os procedimentos científicos adotados.
Mingers (2015)	Estudo dos métodos.	Confere robustez à pesquisa por meio de regras pré-definidas.
Abbagnamo (2007)	“(…) disciplina filosófica relativamente autônoma e destinada à análise das técnicas de investigação empregadas em uma ou mais ciências” (p. 669).	“(…) um procedimento de investigação organizado, repetível e autocorrigível. que garanta a obtenção de resultados válidos” (p. 668).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na análise filosófica de ‘Método’, entende-se este termo como um conjunto de procedimentos e regras organizados que tornarão robusta a prática do ato ‘fazer pesquisa científica’ (ABBAGNAMO, 2007; MARTINS, 2004; JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996; COOK; FONOW, 1986). Já o termo ‘Metodologia’ é o estudo de um ou mais métodos (MINGERS, 2015). Conforme problematizam alguns filósofos no contexto brasileiro, é “(...) a ciência ou estudo dos métodos” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 182).

Assim, se um artigo apresentado num periódico não se propõe a fazer uma análise de um ou mais métodos de pesquisa, não é recomendado que se use o termo ‘Metodologia’ no texto. Por isso que as disciplinas em programas de pós-graduação que se propõem a discutir métodos de pesquisa (qualitativos ou quantitativos) geralmente recebem o nome de ‘Metodologia de Pesquisa’.

O deslize em usar Metodologia ao invés de Método não é uma realidade apenas brasileira do campo de Administração Pública e de Empresas. Por exemplo, McGregor e Murnane (2010) discutem tal problema à luz dos estudos em Consumo no Canadá. Além das evidências teóricas discutidas no Quadro 1, existem também evidências empíricas que contribuem para a reflexão do uso do termo Metodologia nos estudos em Administração. Por exemplo, de 24 textos publicados nas três primeiras edições de 2018 no *Journal of Marketing*, apenas dois textos usam o termo Metodologia. Da mesma forma, na primeira edição de 2018 e na última de 2017 no *Academy of Management Journal*, de 29 artigos apenas dois usaram tal termo. Não seria essa evidência empírica em dois reconhecidos periódicos internacionais uma informação que poderia nos ajudar a também refletir sobre o uso do termo Metodologia em detrimento de Método?

2.2. A Economia de Argumentos na Apresentação do Método

Entre quatro dimensões analisadas por Barley (2006) no que diz respeito ao fato de um artigo ser interessante, a descrição do Método é uma das características importantes na apresentação de resultados de uma pesquisa. Em contexto brasileiro, o trabalho de Falaser, Ferreira e Canela (2016) aponta a seção ‘Método’ nos trabalhos em revistas brasileiras como uma das seções mais problemáticas de um texto, levando muitas vezes à rejeição. Os autores realizaram um *survey* com 82 editores e editoras-chefes de revistas no Brasil para identificarem os gargalos de pesquisas e suas rejeições nos periódicos. Os

resultados apontam que a seção Método foi aquela que mais contribuiu para a rejeição de artigos tanto no *Desk Review* quando na avaliação dos pares. Esses achados corroboraram aqueles apresentados por Byrne (2000). O argumento de Falaser, Ferreira e Canela (2016) se torna robusto quando exemplificamos a partir dos trabalhos de Mendes (2018) e Fiori e Bezerra (2018) tal economia de argumentos em seus textos já publicados.

Enquanto avaliadores, muitas vezes rejeitamos artigos em função da economia de informações apresentadas no Método. Como validar uma pesquisa científica em Administração Pública e de Empresas se não existem aspectos claros relacionados à coleta de dados, à escolha dos sujeitos e recorte da pesquisa ou sem clareza dos procedimentos relacionados à análise de dados e pressupostos de um método? Quando essas perguntas aparecem na análise de um texto enquanto avaliadores, a possibilidade de rejeição do artigo aumenta consideravelmente, até porque os resultados que seguem não têm robustez científica, gerando tais questionamentos.

Na perspectiva da Filosofia, um método tem por objetivo descrever de maneira aprofundada um processo que garanta validade dos resultados (ABBAGNAMO, 2007), para, assim, estabelecer uma verdade científica (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996). Logo, não deve-se escrever tal seção resumindo informações que descreve o processo de 'fazer ciência' de maneira robusta e criteriosa. Consideramos que é melhor pecar pelo excesso tendo que posteriormente retirar informações que avaliadores(as) ou editores(as) considerem não impactar no texto, do que pecar pela falta de informações na seção 'Método'. E existem manuais e fóruns específicos em revistas brasileiras (RAE, RAUSP e RAEP) e internacionais (*Academy of Management Journal*) que já discutiram o passo a passo de alguns métodos utilizados no campo.

2.3. A limitação de Inferência Estatística no uso de Estatística Descritiva

Os métodos estatísticos são descritivos ou inferenciais. O objetivo de um método descritivo é resumir dados, enquanto que nos métodos inferenciais é generalizar resultados com base na probabilidade (AGRESTI; FINLAY, 2012). É frequente a utilização de métodos descritivos (Estatística Descritiva ou Gráficos) em estudos no Campo de Administração Pública e de Empresas no Brasil, principalmente em congressos, como pode ser verificado nos estudos de Rosa, Fagundes e Paulo (2017) e Silveira, Ropelato e Nascimento (2010). Todavia, o método descritivo só é válido para um determinado banco de dados (amostra). Assim, se fossem coletados outros dados, os resultados poderiam ser diferentes. Já a inferência estatística constitui o principal método utilizado pelos pesquisadores para inferirem conclusões para uma população (LEVIN, 1987).

Tanto os Gráficos (Pizza, Barra, *Box Plot*, Histograma, etc.) quanto a Estatística Descritiva (Média, Mediana, Moda, Frequência, Proporção, etc.) têm como objetivo resumir as informações de um banco de dados e não têm a força de uma pesquisa confirmatória. A Estatística Descritiva é uma primeira etapa na análise de dados, porém, o(a) pesquisador(a) não deve se limitar a este primeiro passo em uma pesquisa do tipo quantitativa, visto que em muitos casos apenas a análise gráfica ou numérica pode induzir a resultados equivocados nas conclusões por parte dos(as) pesquisadores(as). Um análise confirmatória dos dados (Teste de Hipóteses) seria um método mais robusto para extrair conclusões e ajudar na tomada de decisão em organizações públicas ou privadas quando analisados na perspectiva das implicações gerenciais e teóricas de uma pesquisa aplicada. Ainda assim, o(a) pesquisador deve zelar pela parcimônia ao escolher métodos estatísticos. Métodos estatísticos complexos dificultam a assimilação, compreensão e comunicação de resultados. Todavia, embora consideremos a necessidade da parcimônia nas comunicações científicas, a Estatística Descritiva oferece poucas possibilidades de análise, que se limitam à não geração de generalização.

2.4. Não Atendimento de Pressupostos de um Método

No decorrer dos anos como avaliadores, temos identificado certas negligências na utilização de alguns métodos, sejam eles qualitativos ou quantitativos. Aqui utilizamos um método qualitativo (*Focus Group*) e outro quantitativo (Teste Anova) para exemplificar o não atendimento de pressupostos na utilização de métodos. O não atendimento de pelo menos um dos pressupostos de um método inviabiliza os resultados apresentados e coloca em dúvida o rigor dos procedimentos metodológicos.

2.4.1. O caso do *Focus Group*

Alguns estudos na área de Marketing usam os Grupos de Foco para entenderem percepções, intenções, comportamentos de compra ou de boicote dos consumidores. Os Grupos de Foco têm seu uso nas pesquisas de mercado e também nas investigações científicas em função de ter surgido em investigações da área de Marketing após a Segunda Guerra Mundial (MORGAN, 1997). Nos estudos que utilizam Grupos de Foco é possível identificar o não atendimento de dois pressupostos de acordo com alguns manuais (MORGAN, 1997; MALHOTRA, 1999; VERGARA, 2005), são eles: (i) o número mínimo de grupos e (ii) as características do moderador escolhido para condução dos trabalhos em um grupo. Já Dias (2000) e Veloso e Keating (2014), discutem a importância do planejamento de um grupo focal e o processo de moderação e análise de dados. Por exemplo, os estudos de Modanez *et al.* (2009) e Mashorca *et al.* (2016) apresentam o uso do método, mas não discutem aspectos relacionados ao planejamento e moderação dos grupos ou o número mínimo de grupos e participantes em cada grupo. Logo, estes estudos não comunicam o atendimento dos pressupostos já discutidos na literatura relativa a esse método.

No que diz respeito à quantidade de grupos, Morgan (1997) compreende que no mínimo dois grupos são necessários, sendo que Malhotra (1999) também sugere essa quantidade mínima. Já Vergara (2005) aponta que três a cinco grupos são necessários e que um número superior a cinco grupos pode não gerar novos *insights*. Não existe um postulado em relação a um número mínimo, mas os autores compreendem que dois grupos são necessários, até para comparar os grupos posteriormente. Assim, um único grupo pode apresentar resultados singulares que não representam uma realidade investigada.

Da mesma forma, informações relativas ao perfil de um(a) moderador não podem ser negligenciadas de acordo com Malhotra (1999) e Morgan (1997). Parece haver uma certa negligência de autores(as) neste aspecto, talvez por desconhecerem os detalhes deste método ou por faltar espaço físico nos textos. Informar na seção Método o perfil do moderador pode parecer desnecessário, todavia, pode ajudar no entendimento de que não houve um direcionamento na condução do grupo de acordo com percepções e ideologias de um moderador - principalmente se considerados temas quentes como Política, Aborto, Descriminalização das drogas, dentre outros. Ao conduzir um Grupo de Foco, consideramos que estes dois pressupostos devam ser atendidos, embora existam publicações em periódicos B1 que as desconsideraram no processo de comunicação do relatório de pesquisa conforme foi verificado nos estudos de Modanez *et al.* (2009) e Mashorca *et al.* (2016).

2.4.2. O caso do Teste Anova

O Teste Anova (Análise de Variância) é utilizado para comparar médias de dois ou mais grupos diferentes (AGRESTI; FINLAY, 2012), sendo o método mais utilizado na Ciência para comparar grupos, desde, (i) na área de Saúde, a verificação de diferença entre o placebo - pílula de açúcar - e um novo medicamento (BERQUÓ; SOUZA. GOTLIEB, 1981); até em Marketing, para verificar o comportamento do consumidor em relação ao boicote a partir da negligência de aspectos relacionados à responsabilidade social corporativa (CRUZ, 2017).

A Análise de Variância é muito utilizada para determinar se as médias da amostra têm diferenças significativas ou se essa diferença ocorre em função de uma flutuação aleatória (STEVENSON, 1986). Todavia, para ser um método científico efetivo, deve-se garantir três pressupostos básicos: (i) Homocedasticidade - as populações devem ter variâncias iguais; (ii) Normalidade - as amostras devem ser extraídas de populações com distribuição normal de probabilidade; e (iii) Independência - as amostras devem ser aleatórias e independentes entre si.

O trabalho de Silva *et al.* (2014) utiliza da ANOVA para discutir a variável motivação entre alunos dos cursos de Administração e Direito, mas não apresenta na seção Método os pressupostos de Independência, Homocedasticidade e Normalidade. Da mesma forma, ao discutir algumas tendências empreendedoras e a questão do gênero na escolha profissional no curso de Administração, Peñalosa, Diógenes e Sousa (2008) não discutem tais pressupostos, além de apresentarem uma análise fatorial com variáveis ordinais (Escala de Likert) ao invés do uso da Teoria de Resposta ao Item (TRI). Assim, estes dois trabalhos não informam ao leitor o atendimento aos pressupostos de Independência, Homocedasticidade e Normalidade, colocando em cheque a robustez dos resultados e das análises ali apresentadas.

O pressuposto da Homocedasticidade (homo = igual; cedástico = variância) parte do princípio que as variâncias devem ser constantes (GUJARATI, 2000). A Variância é uma estatística que mensura a dispersão dos dados (KENNEDY; NEVILLE, 1986). O pressuposto da Homocedasticidade garante que a dispersão do 'Grupo 1' seja igual à dispersão do 'Grupo 2', que deve ser igual ao 'Grupo 3', e, assim, para os demais grupos caso existam. Para verificar se esse pressuposto foi atendido (ou não), são utilizados os testes de Levene (BROWN; FORSYTHE, 2012), Bartlett (MONTGOMERY, 1984; KENNEDY; NEVILLE, 1986) e Cochran (TOMAKEN; SERLIN, 1986). Para os três testes, o resultado aceitável é não rejeição da hipótese nula. Caso esse pressuposto seja violado, existem três abordagens possíveis: (i) transformação nos dados - logaritmo, exponencial, recíproca, raiz quadrada ou arco seno (CHARNET *et al.*, 1999, p. 133); (ii) método não paramétrico - não se analisa o parâmetro da média, mas compara os dois grupos ou mais usando toda a distribuição dos dados; ou (iii) Teste de Welch - teste de igualdade das variâncias na presença de variâncias desiguais (WELCH, 1951).

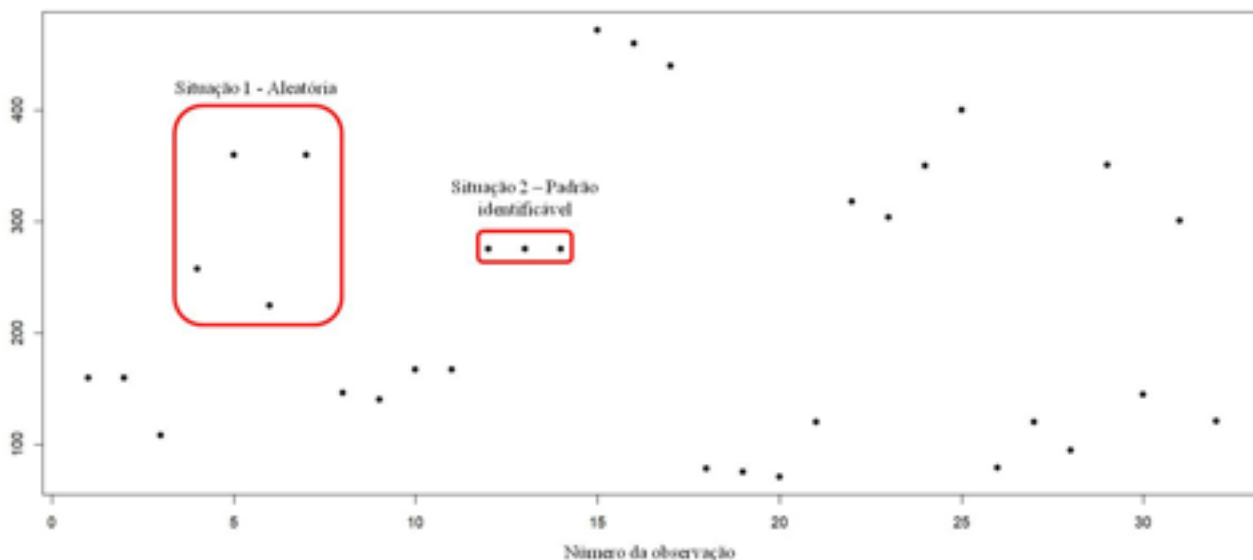
Já o pressuposto da Normalidade verifica se a variável resposta tem distribuição normal de probabilidade (GUJARATI, 2000). Para verificar esse pressuposto existem diversos testes, sendo os mais utilizados os de Shapiro-Wilk, Anderson-Darling, Kramer-VonMises e Kolmogorov-Smirnov (RAZALI; WAH, 2011). Estes testes verificam a hipótese nula de normalidade (GUJARATI, 2000); ou seja, se a distribuição não for normal, não é possível utilizar a Anova. Como medida alternativa caso o pressuposto da Normalidade não seja atendido, tem-se (i) a utilização de uma transformação nos dados - logaritmo, exponencial, recíproca, raiz quadrada ou arco seno (CHARNET *et al.*, 1999, p. 133); ou, (ii) uma abordagem não-paramétrica - o teste de Kruskal-Wallis (BRESLOW, 1970).

O terceiro pressuposto para utilização da Anova é o de Independência, ou seja, verificar se as observações ou unidades amostrais são independentes. A verificação deste pressuposto ocorre por meio do conhecimento de como os dados foram coletados; isto é, conhecer o planejamento da amostra e a definição das etapas de coleta de dados (CHARNET *et al.*, 1999). Os testes para verificar o pressuposto de Independência são pouco comuns, mas Montgomery (1984, p. 89) recomenda gerar um gráfico dos resíduos do modelo Anova contra o tempo. Gerar os gráficos dos resíduos a partir da ordem em que os dados foram coletados ajuda detectar a correlação entre as unidades amostrais. Assim, o que se espera desses gráficos é uma ausência de padrão (aleatoriedade). A tendência de ter dados sequenciais positivos ou sequenciais negativos indica correlação entre as observações. A Figura 1 apresenta as situações 1 e 2 para ajudar a ilustrar o argumento de Montgomery (1984). Nesta base de dados, a situação 1 evidencia que em

relação ao tempo as observações foram aleatórias; e, na situação 2 foi identificado um padrão. Todavia, para toda a base de dados, prevalece a não identificação de um padrão.

É interessante perceber que alguns autores até dominam o conhecimento em relação aos pressupostos da Anova, como se verifica no trabalho de Gebin *et al.* (2015). Neste texto, os autores colocam como limitação do estudo a não realização da análise de resíduos, evidenciando o não atendimento da verificação dos pressupostos. De acordo com os autores: “O trabalho não apresentou a análise de resíduos da regressão, o que não possibilitou a verificação dos pressupostos: normalidade, independência e homocedasticidade dos erros. Para trabalhos futuros, analisar-se-á os resíduos da regressão” (GEBIN *et al.*, 2015, p. 7). Neste trabalho houve um erro grave de não atendimento dos pressupostos em função dos autores reconhecerem a falha em relação ao método. Tal falha inviabilizaria a apresentação dos resultados daquele estudo.

Figura 1 - Resíduos do Modelo Anova contra o tempo para verificação do pressuposto de Independência.



Fonte: Elaboração dos autores.

2.5. A Seleção da Amostra

Uma das perguntas que um dos autores mais recebe de pesquisadores(as) e estudantes de Administração é: “Esse tamanho da amostra é suficiente?”. Existem algumas variações desta mesma pergunta: “(...) já tenho mais de 60% dos dados da população entrevistada na minha amostra. Isso já é suficiente?”; “(...) já entrevistei mais de 200 pessoas. Isso é suficiente?”; “(...) qual o tamanho mínimo da amostra para os meus resultados serem científicos?” Para responder essas perguntas é necessário ter uma noção mínima de amostragem. Amostra é sub-conjunto de uma população-alvo (HEERINGA; WEST; BERGLUND, 2010; OTT *et al.*, 1992) e vamos dividir esse conceito a partir de dois elementos: (i) amostra não probabilística e (ii) amostra probabilística - que pode ser chamada de representativa pois há possibilidade de generalização de resultados para toda a população.

Essas perguntas apresentadas anteriormente não fazem sentido pois uma amostra representativa tem maior relação com o método de coleta de dados do que com o tamanho da amostra (FOWLER-JR, 2009). Para ser representativa, todos os elementos da população-alvo devem ter chances de serem selecionados (HENRY, 1990; DATTALO,

2008). Nem todo indivíduo participará de uma amostra, mas todo indivíduo deve ter a chance de poder ser escolhido. Assim, o tamanho da amostra está relacionado à precisão de suas estatísticas e não com suas representatividades. Uma amostra com 98% de resposta pode ser viciada enquanto uma amostra pequena que representa 10% da população pode ter ausência de viés, e, assim, maior representatividade (SEIFE, 2012). O estudo de Sampaio, Oliveira e Oliveira (2014) se propõe a discutir a importância da Estatística na fidelização de clientes, mas comete alguns erros relacionados à representatividade e planejamentos amostral. Os autores não deixam claro se o estudo tem ou não representatividade na amostra (por conveniência ou aleatória) e tampouco descrevem o planejamento amostral.

O método de coleta é a rotina de procedimentos adotados para selecionar os indivíduos de uma amostra. Para ter uma representatividade, deverá ter, obrigatoriamente, um sorteio aleatório dos indivíduos que compõem esta amostra com base na população (HENRY, 1990). O que ocorre com frequência nos estudos em Administração Pública e de Empresas é a utilização da amostra por conveniência. Um exemplo comum é criar um formulário via *Survey Monkey* ou *Google Drive* disponibilizando por conveniência o instrumento de coleta de dados. Perceba que neste caso não há planejamento amostral, havendo somente a disponibilização de um *hiperlink* para qualquer pessoa responder. Por exemplo, o estudo de Santos *et al.* (2015), se propôs a realizar um estudo para destacar a importância do uso da Estatística pelas empresas, mas, mesmo nesta proposta de pesquisa, se trabalhou com amostragem por conveniência. Além disso, o estudo não especificou a população alvo. Logo, como analisar os resultados deste estudo em termos de representatividade se não foi apresentada a população?

O Planejamento Amostral é importante porque garante a representatividade e a capacidade de generalizar os resultados (AGRESTI; FINLAY, 2012). Ao invés de disponibilizar um link, o (a) pesquisador(a) deveria, idealmente, sortear indivíduos com características semelhantes para cada grupo (SEIFE, 2012) e depois enviar o questionário para grupos com perfis que representariam um universo. Conforme apontam Agresti e Finlay (2012), existem métodos para espalhar a amostra na população, como: (a) amostra estratificada; (b) amostra por conglomerados; (c) amostra sistemática; e, (d) amostra proporcional ao tamanho.

Mesmo tendo conhecimento das limitações e restrições orçamentárias do “fazer pesquisa” no Brasil, estatisticamente, entende-se que esses dois elementos não podem ser usados como justificativas para uma pesquisa que negligencia o rigor da coleta e análise de dados pois existem autores na pesquisa quantitativa que criticam esse tipo de coleta de dados: “*Garbage in. Garbage out.*” (SAATY; PENIWATI, 2013). Em outras palavras, mesmo que uma pesquisa quantitativa possa usar de um modelo matemático muito sofisticado, se a coleta de dados deixar a desejar, os resultados serão insatisfatórios. Para justificar falhas no planejamento amostral, o estudo de Santos *et al.* (2015) apresentou como argumento a falta de tempo das empresas para participação na pesquisa. Os pesquisadores não teriam que reavaliar o planejamento em relação à coleta de dados para que o problema do tempo não se construísse como um problema de planejamento amostral? Entendemos que a falta de tempo não pode ser um problema pois isso evidencia a negligência em relação ao planejamento amostral. Talvez essa falta de tempo seja reflexo das exigências dos programas de pós-graduação e escolas que pressionam docentes a publicar. E como de Santos *et al.* (2015) foi apresentado em um congresso que tem datas para submissão, essa suposição faça sentido para explicar tal negligência com o planejamento amostral.

Consideramos um outro aspecto relacionado à seleção da amostra e que muitas vezes é negligenciado nos estudos em Administração Pública e de Empresas: a apresentação dos critérios de inclusão e exclusão de unidades amostrais. Tais critérios

são as informações exigidas em textos científicos para oferecer maior transparência na seleção dos sujeitos (MCMAHON, 2002) e seu detalhamento na seção Método contribui para aumentar o poder de transparência dos resultados de uma pesquisa.

2.6. Nomear um Método da ‘Moda’ e usar um Método Tradicional

Aqui apresentamos como exemplo do modismo no uso de novos métodos, a Netnografia e a *Grounded Theory*. Estendemos que estes dois métodos de pesquisa qualitativa poderiam ser melhor usados por alguns pesquisadores brasileiros. E esses deslizes acontecem algumas vezes em função de alguns avaliadores terem conhecimento em relação à teoria ou ao objeto da pesquisa, mas não em relação ao método.

2.6.1. O caso da Netnografia e da Observação Não-Participante

O estudo de Cruz, Pinto e Oliveira (2017) aponta para um interessante problema verificado no emprego do termo Netnografia em estudos conduzidos via plataformas digitais: usar Netnografia ao invés de Observação Não-Participante. Como a Netnografia é um método que tem chamado atenção de pesquisadores em função da agilidade na coleta de dados e por ser uma estratégia de coleta de dados eficiente na perspectiva financeira, tem sido recorrente o emprego deste método de maneira equivocada. Por exemplo, o trabalho de Silva (2010) evidencia que foi realizada uma análise das postagens e depois entrevistas por emails com quatro participantes, não destacando a interação da pesquisadora com a comunidade. Assim, não se pode dizer que foi conduzido um estudo netnográfico. O que pode se afinar para este estudo então é que houve uma análise de postagens por meio de observação não-participante no ambiente *online*. O estudo de Oliveira, Toledo e Lopes (2013), embora posterior ao de Silva (2010) é ainda mais problemático e incompleto ao não apresentar nem os poucos detalhes relacionados à Netnografia quando comparado a aquele estudo.

Enquanto Método, a Netnografia é rigoroso assim como a Etnografia em seus procedimentos de campo; e, enquanto estratégia de coleta de dados em uma pesquisa do tipo qualitativa vai além do simples fato de copiar e colar informações em um documento eletrônico (KOZINETS, 2010).

A Netnografia pressupõe interação de um ou mais pesquisadores(as) em uma comunidade, a fim de obter informações aprofundadas de um determinado grupo. Quando são seguidos os passos apresentados por Kozinets, principalmente considerando o processo de interação com os participantes de uma cibercultura, há possibilidade de entender os procedimentos metodológicos como Netnografia. Caso contrário, será apenas uma técnica de coleta de dados por Observação Não-Participante no ambiente *online*, usando outros métodos de análises como Estudo de Caso, Análise de Conteúdo, Análise de Discurso ou até História de Vida.

2.6.2. O caso da Utilização da *Grounded Theory*

O trabalho de Trocolli (2014) evidencia alguns erros que alguns pesquisadores cometeram ao classificarem suas investigações como *Grounded Theory*. Para a autora, existem pesquisadores que dizem usar da *Grounded Theory* para confirmar seus achados e construir teoria. Todavia, Trocolli questiona as evidências metodológicas não apresentadas pelos pesquisadores naquelas contribuições científicas bem como a teoria gerada. Por exemplo, a autora critica o estudo de Cruz e Zouain (2008) ao declarar que os autores não geraram teoria. E, de fato, neste trabalho não há evidência de geração de teoria e de clareza nos procedimentos da coleta e análise de dados na utilização da *Grounded Theory*.

Conforme discutido anteriormente, a utilização de manuais na condução da pesquisa e na apresentação dos resultados aos avaliadores e leitores parece ser aceitável. Por exemplo, existem tanto livros (Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva, 2006)

quanto artigos (BIANCHI; IKEDA, 2008) que discutem a *Grounded Theory* na área de Administração Pública e de Empresas. As vezes parece haver entusiasmo por parte de alguns autores ao usarem métodos menos usuais e novos, mas, para isso, é necessário seguir o rigor do método. E, tanto a *Grounded Theory* quanto a Netnografia são métodos qualitativos com etapas bem definidas e com rigor metodológico que garante a validação dos resultados e teorias discutidas. Não deixar claro o rigor do método é arriscar uma rejeição em um periódico com um bom quadro de avaliadores(as). Mais que a rejeição, é arriscar apresentar uma teoria nova que não é teoria no caso da *Grounded Theory*.

2.7. Desconsiderar as Limitações da Pesquisa e do Método

O contato com o professor Clovis Machado da Silva (*in memoriam*) por um dos autores deste texto em uma disciplina Seminários de Pesquisa no Doutorado reforçou a importância da apresentação das limitações da utilização do método em um estudo. Todavia, ao contrário ao que muitos(as) pesquisadores(as) têm o costume de fazer, o ilustre professor Clóvis defendia o argumento de que as limitações da pesquisa e do método deveriam ser apresentadas na seção do Método, visto que em sua percepção não fazia sentido o leitor terminar o texto para, assim, encontrar as limitações de um método. Segundo o argumento do professor, já no Método seria possível o leitor entender quais eram as limitações e realizar, assim, a leitura e compreensão dos resultados à luz de um conhecimento prévio das limitações daquele estudo.

Embora os argumentos do saudoso professor façam muito sentido para nós autores deste ensaio, verificamos muito mais as limitações serem apresentadas nas últimas linhas de um texto do que na seção Método. Aqui não advogamos a sequência lógica da apresentação destes argumentos, e, sim, a importância dos(as) autores(as) reconhecerem que a condução de seus trabalhos esbarram em algumas limitações.

Por exemplo, o trabalho de Oliveira, Toledo e Lopes (2013) não discute as limitações daquele estudo, mas, sim, a limitação de um estudo bibliográfico e sua relação com um possível viés. Ou seja, os autores nem relacionam a limitação da técnica utilizada à limitação daquela presente investigação, e, assim, permitem aos avaliadores e leitores o entendimento de que aquela investigação não possui limitações. Negligenciar as limitações evidencia ou (i) uma falta de reflexão dos pontos fracos da pesquisa - eles existem e é importante deixar o ego de lado; ou, (ii) o desconhecimento de um método, objeto de estudo ou de uma teoria. Consideramos que incorporar limitações dos(as) avaliadores(as) após uma avaliação *blind review* contribui também para tentar diminuir lacunas não identificadas pelos autores. Reiteramos que as limitações não podem negligenciar os pressupostos de um método - como apresentado por Gebin et al. (2015) - pois, se uma limitação é o não atendimento dos pressupostos de um método, a pesquisa em si já está invalidada.

3. Uma tentativa de encerramento

Tanto Carton e Mouricou (2017) quanto DeNisi (1994) destacam que os pesquisadores ao divulgarem o conhecimento produzido na área de Administração devem fazê-lo de maneira que a escrita seja mais simples. Esses e outros argumentos apresentados no decorrer deste texto nos fizeram adotar uma perspectiva mais próxima do leitor, mesmo sabendo que para os acadêmicos ortodoxos tal estratégia pode soar como inadequada ou “menos acadêmica”. Assim, esse ensaio teórico não foi pensado para bolsistas de produtividade CNPq, pesquisadores(as) ou professores(as) renomados(as) no nosso campo. Escrevemos para um outro público: discentes de pós-graduação e recém mestres e doutores que estão, neste momento, sofrendo com as exigências de um sistema que avalia a produção acadêmica por estratos.

Parece que o problema escondido pelos deslizos aqui apresentados se constrói com base na lógica do produtivismo acadêmico estimulado pela Capes ou pelo

desconhecimento teórico e prático do fazer pesquisa no nosso campo. Especialmente em relação ao produtivismo acadêmico, a frase de resistência “Viver não cabe no Lattes!” pichada em um muro viralizou como *meme* nas plataformas digitais em 2017 em função do modelo produtivista que a Capes impõe aos programas de pós-graduação parece ter cada vez mais sentido entre nós acadêmicos.

Neste contexto do “Publico. Logo existo”, os alunos de pós-graduação são intimados a produzir conhecimento para aumentar a nota de um programa - e talvez isso explique alguns dos deslizes praticados por quem está aprendendo a fazer Ciência no nosso campo. Discentes sofrem com a pressão de publicar, tendo, inclusive como requisito mínimo para ter o título de mestre ou doutor a publicação de pelo menos um artigo em revistas B2, B1 ou A2. E nessa lógica de ter que publicar para conseguir qualificar ou se titular, os deslizes tendem a surgir com maior frequência. Os estudos de Canela e Pinto (2014) e Cota, Ikeda e Sbragia (2008) já discutiam anteriormente esse olhar sobre os estudantes de pós-graduação *stricto-senso*.

Assim, seja como avaliadores de periódicos de menor estrato, em congressos ou como docentes da pós-graduação, nossa experiência enquanto pesquisadores nos alertou sobre os deslizes frequentes cometidos por alguns pesquisadores no nosso campo de conhecimento em relação ao Método. A jornada acadêmica é repleta de caminhos sinuosos que podem nos conduzir aos deslizes aqui discutidos. Esses deslizes talvez sejam fruto da dicotomia Intuição-Teoria discutida Moser, Mulder e Trout (2009) na Teoria do Conhecimento. Para os autores, há a necessidade de ter cuidado com as confianças depositadas nas intuições, principalmente aquelas que derivam do senso comum - como o caso do uso do termo Metodologia nos estudos teórico-empíricos.

Esses deslizes geram, de certo modo, inquietação em pesquisadores(as) que têm forte formação teórica e prática em Pesquisa. Todavia, tal inquietação associada ao ego presente na academia não pode contribuir para um clima de animosidade entre autores, avaliadores e ouvintes em congressos. Há, de um lado, autores que não sabem lidar com críticas, e, de outro lado, ouvintes em congressos e avaliadores que desqualificam todo um trabalho por um uso um termo que não conversa com sua ideologia teórica. Já presenciamos cenas lastimáveis em eventos por parte de professores que não conseguiam fazer um recorte em suas análises ao entenderem que eram alunos de mestrado que apresentavam um texto; e, mesmo assim, faziam considerações e exigências coerentes com uma realidade de um trabalho submetido a um periódico A1. Ao mesmo tempo, de outro lado, existem avaliadores(as) que não conseguem identificar equívocos básicos como os apresentados aqui no decorrer deste texto, aprovando textos que não estariam ainda prontos para serem discutidos em congressos ou publicados em periódicos.

Apresentar os sete deslizes identificados em uma mesa de bar por nós autores neste texto, é, de forma diferente ao que fazem alguns avaliadores em revistas e congressos, tentar contribuir para um espaço acadêmico mais prazeroso, colaborativo e de trocas. Nossa argumentação em relação ao deslizes na utilização do método nos estudos em Administração Pública e de Empresas vai ao encontro do trabalho de Falaser, Ferreira e Canela (2016) ao sistematizarmos aqui aquilo que consideramos encontrar de forma recorrente nos textos, seja como avaliadores em periódicos ou como ouvintes e avaliadores em eventos científicos.

Entendemos que apresentar aqui os sete deslizes é, por si, uma contribuição teórico-empírica. É teórica pelo fato de evidenciar na área de Ensino e Pesquisa em Administração que existem trabalhos sendo publicados com erros de natureza metodológica. Entendemos que o presente ensaio traz implicações práticas para estudantes de pós-graduação (e até de iniciação científica) que ainda não dominam questões referentes ao Método de um trabalho científico, bem como a forma e conteúdo. Assim, futuras pesquisas podem apontar algumas direções, como: (a) levantar

bibliometricamente estudos no campo de Administração Pública e de Empresas relacionados à “forma de fazer pesquisa” e suas contribuições na área; (ii) conduzir um experimento para analisar os deslizos aqui apresentados antes e depois do aluno ser exposto ao presente texto; (iii) explorar questões relacionadas ao assédio moral no contexto de produtivismo acadêmico; ou (iv) identificar junto aos discentes de pós-graduação as principais lacunas em relação às três dimensões aqui apresentadas.

No decorrer das nossas trajetórias, fomos duplamente contemplados com experiências fantásticas nos processos de avaliação e algumas delas se encontram neste texto agora como dicas de erros que já cometemos quando iniciamos nossa jornada. Todavia, em muitos casos, principalmente em periódicos de maior estrato, recebemos avaliações constrangedoras que algumas vezes serviram como intimidação, nos fazendo pensar sobre o que é fazer Ciência no nosso campo de atuação. Em uma avaliação, por exemplo, recebemos a seguinte crítica: “Postura na minha terra é de galinha, não de Responsabilidade Social”. Como destacam Patrus, Dantas e Shigaki (2016), existem disfunções no processo de avaliação dos pares, sendo uma delas a imprecisão da avaliação por pessoas que seriam especialistas em uma determinada área de conhecimento.

Embora Hames (2012) discuta que uma das disfunções da avaliação por pares possa ser a existência de abusos ou preconceitos de editores ou revisores, pensamos que é possível construir uma academia no nosso campo, de maneira a interromper comportamentos como o da “postura de galinha” e tantos outros que podem surgir neste momento na mente dos(as) leitores(as) ao se lembrarem de experiências passadas. E, na nossa percepção, os editores e editoras têm tido papel fundamental nessa mudança para tornar este processo mais leve e menos traumático no nosso campo de conhecimento. Assim, embora utópico, finalizamos este texto acreditando que nossas reflexões aqui apresentadas no EnAngrad possam contribuir para jovens pesquisadores(as) na condução de futuras pesquisas em Administração Pública e de Empresas.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Martins Fontes: São Paulo, 2007.
- BANDEIRA-DE-MELLO, R. e CUNHA, C. C. de A.. *Grounded Theory*. In: Godoi, C. K., Bandeira-de-Mello, R., Silva, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.
- BARLEY, S. R. When I write my masterpiece: thoughts on what makes a paper interesting. **Academy of Management Journal**, 49 (1), 2006, p. 16-20.
- BARTUNEK, J. M., RYNES, S. L. e IRELAND, R. D. What makes Management Research interesting, and why does it matter? **Academy of Management Journal**, 49 (1), 2006, p. 9-15.
- BERQUÓ, E. S., SOUZA, J. M. P. DE e GOTLIEB, S. L. D. **Bioestatística**. São Paulo: E.P.U., 1981.
- BIANCHI, E. M. P. G., IKEDA, A. A. Usos e Aplicações da *Grounded Theory* em Administração. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, 6 (2), , 2008, 231-248.
- BISPO, M. DE S. e Costa, F. J. da. Artigos como avaliação discente em disciplinas de pós-graduação: Marcelo de Souza Bispo instrumento educativo ou subsistema de linha de montagem? **Cadernos Ebape**, 14 (4), 2016, p. 1007-1010.
- BRESLOW, N. A generalized Kruskal-Wallis test for comparing K samples subject to unequal patternes of censorship. **Biometrika**, 57 (3), 1970, p. 579-594.
- BROWN, M. B. e FORSYTHE, A. B. Robust tests for the Equality of Variances. **Journal of the American Statistical Association**, 69 (74), 2012.
- BYRNE, D. Common reasons for rejecting manuscripts at medical journals: a survey of editors and peer reviewers. **Science Editor**, 23 (2), 2000, p. 39-44, 2000

CARTON, G. e MOURICOU, P. Is management research relevant ? A systematic analysis of the rigor-relevance debate in top-tier journals (1994–2013). **M@n@gement**, 20 (2), 2017, p. 166-203.

CHARNET, R., FREIRE, C., CHARNET, E. e BONVINO, H. **Análise de Modelos de Regressão Linear com Aplicações**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

COOK, J A e FONOW, M. M. Knowledge and women's interests issues of epistemology and methodology in feminist sociological research. **Sociological Inquiry**, 56 (1), 1986, p. 2-19.

COTA, M. F. de M., IKEDA, A. A. e SBRAGIA, R.. Lições Aprendidas no Desenvolvimento de Dissertações e de Teses em Administração. **Anais do XI SemeAd**. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/11semead/resultado/trabalhosPDF/239.pdf>. Acesso em 18 Abr. 2018.

CRUZ, B. de P. A., PINTO, G. V. e OLIVEIRA, V. A. de. Capturo Pokémons. “Logo Existo”. Realidade Aumentada e Consumo à Luz das Experiências dos Usuários do Pokémon Go. **ReMark**, 16 (4), 2017. *Ahead of print*.

CRUZ, B. de P. A. e ZOUAIN, D. Atuação de consórcios de exportação brasileiros no segmento de moda praia. **RAM - Rev. Adm. Mackenzie**, 9 (2), 2008, p. 11-30.

DAS, H. e LONG, B. S. What Makes Management Research Interesting?: An Exploratory Study. **Journal of Managerial Issues**, XXII (1), 2010, p. 127-144.

DATTALO, P. **Determining Sample Size - Balancing Power, Precision and Practicality**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

DENISI, A. From the editor. **Academy of Management Journal**, 37 (3), 1994, 465.

DIAS, C. A.. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação e Sociedade: Estudos**, vol. 10, n. 2, 2010, p. 1-12.

DICK, B. Reflections on the SAGE Encyclopedia of Action Research and what it says about action research and its methodologies. **Action Research**, 13 (4), 2015, p. 431-444.

FALASER, C., FERREIRA, M. P. e CANELA, R. Motivos de Rejeição dos Artigos nos Periódicos em Administração. **OeS**, 23 (77), 2016, p. 285-306.

FERREIRA, M. A. S. P. V., CANELA, R. e PINTO, C. F.. O Processo Editorial nos periódicos e sugestões para publicação. **Revista de Gestão e Secretariado**, vol. 5, n. 2, 2014, p. 1-22.

FINI, M. I.. Inovações no Ensino Superior - Metodologias Inovadoras de Aprendizagem e suas relações com o mundo do trabalho: desafios para a transformação de uma cultura. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 1, 2018, p. 176-183.

FIORI, F. C. e BEZERRA, C. A.. Relações entre Tipos de Bolsas e Número de Publicações de Bolsistas de Iniciação Científica em Ciências Sociais Aplicadas: um estudo na Universidade Federal do Paraná. **Revista Administração em Diálogo**, vol. 20, n. 1, 2018, p. 57-81.

FLATES, G. G. S., SERRA, F. A. R. e MARTINS, C.. A aptidão dos pesquisadores brasileiros pertencentes aos programas de pós-graduação Stricto Sensu em Administração para pesquisas quantitativas. **Rausp**, vol. 49, n. 2, 2014, p. 384-398.

FOWLER-JR, F. J. **Survey Research Methods**. 4a ed., California: SAGE Publications, 2009.

GEBIN, L. G. G., MARQUES, G. O., PORTES, P. C., PEREIRA, R. H. e PESSANHA, G. R. G.. Análise dos determinantes do Índice Combinado das maiores seguradoras brasileiras: um estudo econométrico entre os anos de 2005 a 2014. **Anais do XII SEGET**. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/41222553.pdf>. Acesso em 24 Abr. 2018.

GODOI, C. K., BANDEIRA-DE-MELLO, R. e SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

- GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. 3a., São Paulo: Pearson Education, 2000.
- Harding, S. **Is there a feminist method?** *Feminism and Methodology*. Indiana University Press, Bloomington, 1987, p. 1-14.
- HAMES, I.. *The current state of peer review: criticisms, challenges and innovations*. In: Encontro da Associação Brasileira de Editores Científicos, 7., 2012, Florianópolis, SC. **Disponível em:** https://www.abecbrasil.org.br/novo/eventos/vii_workshop/palestras/ssep/Irene.pdf. Acesso em 16 Abr. 2018.
- HEERINGA, G. S, WEST, B. T. e BERGLUND, P. A. A. *Applied Survey Data Analysis*. Florida: CRC Press, 2010.
- HENRY, G. T. **Practical Sampling**. California: SAGE Publications, 1990.
- JAPIASSÚ, H. e MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3a ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- KENNEDY, J. B. e NEVILLE, A. M. **Basic Statistical Methods for Engineers and Scientists**. 3a. ed., New York: Harper e Row, Publishers, 1986.
- KOZINETS, R. V. **Netnography - Doing Ethnographic Research Online**. London: Sage Publications, 2010.
- LEVIN, J. **Estatística Aplicada às Ciências Humanas**, 2a. Ed. São Paulo: Harbra, 1987.
- MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, 30, 2, 2004, p. 289-300.
- MASCARENHAS, A. O. e BARBOSA, A. C. Q.. Produção Científica Brasileira em Gestão de Pessoas no Período 200-2010. **RAE**, vol. 53 , n. 1, 2013, p. 35-45.
- MASHORCA, K. S., SPERS, E. E., VETUCCI, J. de P. e SILVA, H. M. R. da. A Beleza e a Vaidade em Relação a Novos Tipos de Alimentos: Um Estudo sobre o Mercado de Nutricosméticos. **Brazilian Journal of Marketing**, vol. 15, n. 3, 2016, p. 401-417.
- MCGREGOR, S. L. T. e MURNANE, J. A.. Paradigm, methodology and method: intellectual integrity in consumer scholarship. **International Journal of Consumer Studies**, vol. 34, 2010, p. 419-427.
- MCMAHON, A. D. Study control, violators, inclusion criteria and defining explanatory and pragmatic trials. **Statistics in Medicine**, 21 (10), 2012, p. 1365-1376.
- MENDES, S. M.. Colaboração Externa no Processo de Inovação de uma Fashion Industry. **Revista Administração em Diálogo**, vol. 20, n. 1, 2018, p. 103-120.
- MINGERS, J. Combining IS Research Methods: Towards a Pluralist Methodology. **Information System Research**, 12 (3), 2015, p. 240-259.
- MONTGOMERY, D. C. *Design and Analysis of Experiments*. 2a. Ed., Toronto: John Wiley Sons, Inc., 1984.
- MORGAN, D. L. **Planning Focus Groups**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1997.
- MODANEZ, P. S., CAMARGO, S. H. R. V. de, SPERS, V. R. E. e NETO, M. S.. Segmentação Psicográfica e estilos de vida de consumidores de venda direta por catálogo. **REMark**, v. 8, n. 1, 2009, p. 138-163.
- MOSER, P. K., MULDER, D. H. e TROUT, J. D.. **A Teoria do Conhecimento - uma introdução temática**, 2 ed., WMF Martins Fontes: São Paulo, 2009.
- OTT, R. L., LARSON, R., REXROAT, C. e MENDEHALL, W. **Statistics - a tool for the Social Sciences**. 5a. ed., Belmont: Duxbury Press, 1992.
- PAES DE PAULA, A. P. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cadernos Ebape**, 14 (1), 2016, p. 27-46.
- PATRUS, R., DANTAS, D. C. e SHIGAKI, H. B.. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto Roberto Patrus sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares? **Cadernos Ebape**, 13 (1), 2015, p. 1-18.

PATRUS, R., DANTAS, D. C. e SHIGAKI, H. B.. Pesquisar é preciso. Publicar não é preciso: história e controvérsias sobre a avaliação por pares. **Avaliação**, vol. 21, n. 3, 2016, p. 799-820.

PENALOZA, V., DIÓGENES, C. G. e SOUSA, S. J. A.. Escolha Profissional no Curso de Administração: Tendências Empreendedoras e Gênero. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 8, Edição Especial, 2008, p. 151-167.

PIACENTINI, M. T. de Q. A forma em evidência: estilo e correção em trabalhos acadêmicos. In BIANCHETTI, L. e MEKSENAS, P. (Orgs). **Teoria, Método e Escrita em Ciência e Pesquisa** (Vol. 1). Campinas, SP: Papirus, 2008.

RAZALI, N. M. e WAH, Y. B. Power Comparisons of Shapiro-Wilk, Kolmogorov-Smirnov, Lilliefors and Anderson-Darling testes. **Journal of Statistical Modeling and Analytics**, 2 (1), 2011, p. 21-33.

RÍMOLI, T. T. e MELO, D. DE C.. A Voz dos consumidores em redes sociais: proposição de um modelo eficaz de Gestão de Reclamações às empresas. **Brazilian Journal of Marketing**, vol. 17, nº 1, 2018, p. 49-64.

ROSA, T. A., FAGUNDES, A. F. de A. e PAULO, R. R. D.. Comunicação Interna: uma avaliação da Intranet Corporativa do Grupo X. **Anais do XVIII EnAngrad**, 2017. Disponível em: <http://www.enangrad.org.br/artigos.php>. Acesso em 16 Abr. 2018.

SAAT, T. L. e PENIWATI, K. **Group Decision Making: Drawing out and Reconciling Differences**. Pittsburgh: RSW Publications, 2013.

SAMPAIO, N. A. de S., OLIVEIRA, A. e OLIVEIRA, S.. Análise Estatística para Fidelização de Clientes. Anais do XI SEGET. **Disponível em:** <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/32220332.pdf>. Acesso em 18 Abr. 2018.

SANTOS, B. M. dos, LEMES, P. T., PORTUGAL JÚNIOR, P. dos D., SILVA, S. W. e ALVES, A. F.. A Importância e o uso da Estatística na área empresarial: uma pesquisa de campo com empresas do município de Elói Mendes - MG. Anais do XIII SEGET. **Disponível em:** <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/5024102.pdf>. Acesso em 18 Abr. 2018.

SEIFE, C.. **Os números (não) mentem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SHUGAN, S. M. Defining Interesting Research Problems. **Marketing Science**, 22 (1), 2003, p. 1-15.

SILVA, T. M. B. da. “Não preciso de coleira eletrônica!”: um estudo sobre o movimento de resistência ao celular em blogs e comunidades virtuais. **REMark**, vol. 9, n. 2, 2010, p. 113-136.

SILVA, T. L. F. da, MASCARENHAS, I. P., MEDEIROS, C. P. de e SOUZA, E. C.. A motivação no Ensino Superior: um estudo com alunos dos cursos de Administração e Direito. **Journal of Management Analysis**, vol. 3, n. 1, 2014, p. 104-113.

SILVEIRA, A., ROPELATO, M., VIEIRA, S. S. e NASCIMENTO, S. do.. Empreendedorismo em Diferentes Tipos de Organizações: Análise da Produção Científica na Base de Dados SciELO: 2004-2008. **Anais do XXXIV EnAnpad**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/gct329.pdf>. Acesso em 16 Abr. 2018.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador do cotidiano. **Psicologia e Sociedade**, 20 (spe), 2008, p. 70-77.

TOMAKEN, A. J. e SERLIN, R. C. Comparison of ANOVA alternatives under variances heterogeneity and specific non centrality structures. **Psychological Bulletin**, 99 (1), 1986, p. 90-99.

TROCOLLI, I. R. E os Pesquisadores Brasileiros que Praticam *Grounded Theory*: O que Fazem? **Rev. digita. bibliotecon. cienc. inf.**, 12(2), 2014, 20-37.

VELOSO, I. S. S. e KEATING, J. B.. Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. **Revista Lusófona de Educação**, vol. 26, 2014, p. 175-190.

WELCH, B. L. On the Comparison of Several Mean Values: An Alternative Approach. **Biometrika**, 38 (3), 1951, p. 330-336).